

A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓPTICA DOS JOVENS MIGRANTES

Cristian Rogério Foguesatto¹, Adriano Lago², Rosani Marisa Spanevello³, Tanice Andreatta⁴, Sibeles Vasconcelos de Oliveira⁵.

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em Agronegócios UFRGS. E-mail: cristian_rogeriof@hotmail.com

²Professor Adjunto do Departamento de Administração e Ciências Econômicas UFSM/CESNORS. E-mail: adrianolago@yahoo.com.br

³Professora Adjunta do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas UFSM/CESNORS. E-mail: rspanevello@yahoo.com.br

⁴Professora Adjunta do Departamento de Administração e Ciências Econômicas UFSM/CESNORS. E-mail: tani.andreatta@hotmail.com

⁵Professora Adjunta do Departamento de Administração e Ciências Econômicas UFSM/CESNORS. E-mail: sibeles_oliveira@yahoo.com.br

Área temática: Agricultura familiar e desenvolvimento rural.

Resumo

A pesquisa foi realizada no Território da Cidadania do Noroeste Colonial do estado do Rio Grande do Sul, que é composto por 34 municípios, com o objetivo de analisar a sucessão geracional na agricultura familiar sob a óptica dos jovens migrantes. Foram aplicados 40 questionários para os jovens migrantes de 25 municípios, através de amostragem por conveniência, com auxílio das redes sociais e pessoalmente; sendo o estudo do tipo descritivo-exploratório e de natureza quanti-qualitativa. Foram abordadas, informações referentes à situação em que se encontra a família dos jovens migrantes e a situação atual destes jovens já inseridos no meio urbano. Os jovens atribuem à ocorrência do processo migratório a fatores negativos do meio rural, como: a penosidade do trabalho, baixa renda, condições de trabalho, dificuldades de acesso, conflitos familiares, o descaso dos órgãos governamentais, e as situações climáticas, em paralelo com os fatores de atração do meio urbano. Em relação às condições de vida que se encontram nas cidades, 47% deles afirmaram estarem em melhores condições econômicas e sociais, 22% também se encontram em melhores condições, mas gostariam de voltar um dia para a zona rural, e 33% encontram-se nas mesmas condições.

Palavras-Chave: Estabelecimento familiar. Êxodo rural. Processo sucessório

1. INTRODUÇÃO

O setor agrícola é considerado por muitos como a base da sociedade e da economia brasileira, desde a geração de empregos diretos e indiretos até a produção dos mais variados

tipos de alimentos. Contribuindo com esse segmento, a região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul soma resultados expressivos na cadeia do agronegócio nacional. No entanto, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população rural dessa região vem decrescendo no decorrer dos últimos anos.

Até meados dos anos 40, o Brasil era um país agrário com predomínio da população rural, porém Santos (1993) afirma que, em busca de melhores condições de vida, a taxa de urbanização do país, que era inferior a 30%, começou seu processo de alavancagem nesse período. Desse modo, com o passar das últimas décadas o índice populacional rural vem diminuindo significativamente em diversas regiões, e um dos motivos para esse decréscimo é o desinteresse do jovem agricultor em permanecer no campo. Conforme IBGE (2013), a população brasileira é de cerca de 190 milhões habitantes, dos quais aproximadamente 30 milhões, ou seja, menos de 16%, reside na zona rural. O estado do Rio Grande do Sul não tem apresentado cenário divergente ao nacional tendo menos de 19% da população total morando no campo (IBGE, 2013).

A agricultura familiar tem um papel social e econômico inquestionável, entretanto sua continuidade é incerta. Desse modo, a importância do tema da sucessão geracional na agricultura familiar vem crescendo significativamente nos últimos anos. Stropasolas (2006) descreve que, a sucessão é o processo de transferência de poder na tomada de decisões entre as gerações, ou seja, a retirada das gerações mais idosas e o estabelecimento das mais jovens. No entanto, as estatísticas mostram que nas últimas décadas até os dias de hoje este processo vem se rompendo.

Diversos elementos têm contribuído para a migração do jovem agricultor para as cidades, independentemente das dimensões da propriedade em que se encontra. Entre essas condições é possível destacar, o desinteresse dos jovens em permanecer no campo, não sucedendo seus pais na administração da propriedade, devido a inúmeros fatores sociais aliados aos econômicos esperados nos centros urbanos, que são distinguidos por Ravenstein (1980) como sendo centros de absorção, transformando o campo em um ambiente envelhecido, masculino e menos povoado.

Na discussão da temática do êxodo rural e da falta de sucessão geracional, diversos estudos mostram que nos últimos anos tem ocorrido um processo de migração rural urbana predominantemente jovem e feminina. Estes jovens atribuem esse processo migratório a fatores negativos do meio rural, entre eles: a penosidade do trabalho, baixa renda, condições de trabalho, dificuldades de acesso, falta de lazer, conflitos familiares e fatores de atração urbana (lazer, convívio social, jornada de trabalho definida, salário pré-definido, autonomia

financeira entre outros). Dessa forma, tem-se a configuração de um meio rural envelhecido, masculino e com uma estrutura fundiária com tendência para a concentração de terras.

Outros estudos dão conta das demandas destes jovens para permanecer no meio rural, vivendo da atividade rural, dentre elas pode-se destacar: mais renda, melhores condições de trabalho, maior autonomia, apoio de instituições locais, lazer, comunicação e acesso viário.

Este processo migratório geralmente ganha conotação negativa diante da maioria dos estudiosos, agentes e agências que atuam no meio rural. No entanto, a partir destas análises emergem os seguintes questionamentos: Qual a condição socioeconômica atual destes jovens que migraram do meio rural para o meio urbano? Qual o sentimento em relação ao meio rural? Estes jovens julgam estarem em melhores condições econômicas hoje ou quando estavam no meio rural? Eles gostariam de voltar a viver no e do meio rural? Em que condições?

Estes questionamentos se fazem necessários uma vez que, caso os jovens se julguem em melhores condições de vida no meio urbano, talvez esse processo migratório jovem não seja negativo na óptica de quem efetivamente a vive, portanto, o debate sobre a negatividade deste processo merece novas reflexões.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Agronegócio no Brasil

Primeiramente, o termo agronegócio foi conceituado por dois autores norte americanos, chamados John Davis e Ray Goldberg, por volta de 1957. Também conhecido como *agrobusiness*, esta expressão é sinônimo de cadeia produtiva, que ultrapassa as fronteiras da propriedade rural. O campo do agronegócio é a soma de um conjunto de segmentos amplos e específicos de negócios que estão relacionados com a agricultura em paralelo com a produção, produtividade e sustentabilidade, e estes, são indispensáveis para a continuidade da vida humana (MENDES; PADILHA JR, 2007).

É um setor de destaque em relação a sua importância para a capitalização do Brasil, pelo fato de sua grande extensão territorial e geralmente ter condições climáticas favoráveis, e é destacado por Mendes e Padilha Jr. (2007), como o maior negócio da economia brasileira e mundial, responsável pela produção de alimentos e geração de milhões de empregos diretos e indiretos no campo e nos centros urbanos. Os mesmos autores ainda garantem que, é o

conceito mais abrangente do setor agrícola, em que a produção agropecuária é apenas uma etapa (fase inicial) até o produto final chegar á boca do consumidor final.

O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues define o agronegócio como:

“a soma de toda uma cadeia produtiva relacionada aos produtos provenientes da agricultura. Envolve empresas rurais, produtores de insumos agrícolas, maquinários, agroindústrias, empresas de comercialização e o próprio consumidor.” (RODRIGUES, 2006).

Widonsck et al. (2009) ressaltam ainda, que muitos são os fatores que contribuem para o alto grau de importância do *agrobusiness* em nosso país, como as pesquisas e experimentos feitos em sementes, insumos e maquinários, e que o Brasil pode desenvolver ainda mais esse setor, devido ao fato que é um dos poucos países no mundo em condições de suprir o aumento da demanda de alimentos.

No estado do Rio Grande do Sul, principalmente na região noroeste, esse segmento é retratado por Evangelista e Rambo (2007) como a atividade de produção de alimentos para o setor primário, envolvendo também processos agroindústrias e logísticos, ocorrendo dessa forma processos antes, dentro e depois da porteira. A denominação antes da porteira é atribuída aos insumos principais, necessários para a produção agropecuária em geral. Dentro da porteira significa, desde as atividades iniciais da produção até a obtenção dos produtos *in natura* prontos para a comercialização, e depois da porteira os produtos serão industrializados e distribuídos até atingirem os consumidores (ARAUJO, 2010).

No agronegócio brasileiro, a agricultura familiar é sempre lembrada por sua importância, desde a produção de alimentos e fonte de renda, até a geração de milhões de empregos diretos e indiretos. O IBGE (2010) resalta a importância deste setor destacando que, cerca de 40% do valor bruto da produção agropecuária provem da agricultura familiar.

2.2 A agricultura familiar

Conceituar o termo agricultura familiar não é tarefa das mais fáceis, já que este conceito possui inúmeros entendimentos. A agricultura familiar é a ideia de uma identidade entre a família e a exploração. Além de ter sua área com tamanho máximo de quatro módulos fiscais, é considerada uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados (LAMARCHE, 1993). Tedesco (2001) completa citando que, na agricultura familiar a família é a detentora da propriedade e dos meios de produção, desenvolvendo suas atividades, baseando-se na sua bagagem sociocultural.

Veiga (1996, p. 395) afirma que “a versatilidade da agricultura familiar se opõem a especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal”. Para o autor, uma das vantagens deste meio de produção é a diversificação na unidade produtiva. Já para Abramovay et al. (1998), o termo agricultura familiar refere-se a atividade onde os gestores da propriedade são também os próprios trabalhadores rurais. A mulher e os filhos do administrador rural, também ocupam papel importante nas atividades de produção exercidas no estabelecimento, dessa forma, as relações inter familiares são características fundamentais deste segmento.

A agricultura familiar é muito importante na produção de alimentos e como fonte de renda, e é defendida por Chayanov (1981) e Abramovay (1998), como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho provem de indivíduos que mantêm entre si laços familiares, como os de sangue ou casamento, de forma que a maioria das atividades (produção para o consumo e para o mercado) depende dos membros familiares para serem realizadas.

Ainda, segundo Chayanov (1981), na agricultura familiar após o recebimento monetário obtido pela produção, uma quantia é revertida para a manutenção da propriedade e a subsistência de todos os membros da família, não havendo na maioria dos casos, salários, estrutura de lucro líquido, renda e juro do capital, no sentido capitalista da palavra.

Gasson e Errington (1993) destacam a existência de seis características relevantes na agricultura familiar:

- 1) A gestão encontra-se sob o poder dos proprietários da unidade;
- 2) Os indivíduos participantes estão ligados entre si por laços sanguíneos de parentesco ou casamento;
- 3) Todos os membros da família são responsáveis em prover capital para as atividades exercidas;
- 4) O trabalho é realizado pela família;
- 5) O controle das atividades bem como o patrimônio é repassado de geração a geração;
- 6) Os membros da família estão estabelecidos na propriedade.

Conforme IBGE (2006) no Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, os estabelecimentos considerados familiares representavam 84,4% do total, ocupando cerca de 25% da área dos estabelecimentos agropecuários, demonstrando sua importância para a economia brasileira, na produção de alimentos diversificados, como o leite, suínos, mandioca, feijão entre outros produtos voltados geralmente para o mercado interno.

O panorama do estado gaúcho em relação à distribuição de terras ocupadas pela produção agropecuária tem características semelhantes ao brasileiro, onde predomina a concentração de terras em grandes unidades produtivas. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), 85,7% dos estabelecimentos rurais do estado ocupam pouco mais de 30% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto que o faturamento agropecuário familiar gaúcho representa quase metade da renda desse setor (49,6%). No Brasil a agricultura familiar é responsável por 1/3 da renda obtida nas atividades agropecuárias (IBGE, 2006).

Apesar de sua significativa participação na economia regional e nacional, na atividade agrícola familiar o processo de sucessão geracional vem ocorrendo cada vez em menores proporções, ou seja, uma grande parcela dos jovens está migrando do meio rural para o urbano. Strapasolas (2006) cita que, a falta de autonomia e oportunidades de renda são fatores fundamentais que levam os jovens em recusar seguir a profissão dos pais, e assim, abandonar a zona rural.

2.3 A Sucessão geracional na agricultura familiar: a incógnita entre ficar ou sair

Um dilema que afeta a vida dos jovens rurais é a sua permanência ou não no meio rural, sucedendo as atividades de seus pais. Nas cidades, ou seja, nos chamados centros de absorção conforme destaca Ravenstein (1980), diversos são os fatores sociais e econômicos que causam influência positiva desse ambiente, fazendo na maioria das vezes com que a juventude tenha preferência pelos centros urbanos, deixando o campo cada vez menos populoso.

Abramovay et al. (1998) afirmam que, a geração de novos agricultores passa por um processo hereditário comum a todos os seres humanos: a sucessão geracional. Ainda de acordo com os mesmos autores, em regiões onde predomina a agricultura familiar, a migração dos jovens para a área urbana atinge maiores índices, gerando crise a respeito da continuidade das atividades agrícolas, principalmente familiares.

A problemática entre ficar ou sair do meio rural gera indecisão para a maioria dos indivíduos que se encontram nessa faixa etária. O questionamento por parte da juventude, sobre a condição social e econômica na agricultura familiar são fatores que influenciam os jovens a migrarem para os centros urbanos (STROPASOLAS, 2011).

2.3.1 A Juventude rural

A juventude é um período cronológico que faz parte do desenvolvimento do homem, que para Zugary (2004), é uma das etapas do desenvolvimento humano que requerem direitos e deveres como qualquer outra. Oliveira (2006) determina cinco tópicos para definir a fase da juventude: faixa etária, ciclo de vida, geração, modo de vida e representação social.

O governo federal sancionou a Lei 11.129/2005, que criou a Secretaria e o Conselho Nacional da Juventude, órgãos estes que são responsáveis pelas políticas públicas da faixa etária jovem, que é classificada entre 15 e 29 anos, segmentada da seguinte maneira: entre 15 e 17 anos “jovens-adolescentes”; de 18 a 24 anos “jovens-jovens” e com 25 a 29 anos são identificados como “jovens-adultos” (CONJUVE, 2013).

É nessa fase da vida que se tomam escolhas importantes pensando no futuro, (OLIVEIRA, 2006). Mas, o desapego e o desinteresse da maioria dos jovens em permanecer no campo, fazem com que em muitos casos, uma parcela deles, escolha migrar do meio rural, na esperança de encontrarem melhores condições sociais e econômicas nos centros urbanos. Dessa forma a sucessão geracional torna-se cada vez mais um desafio.

2.3.2 O desafio da sucessão geracional na agricultura familiar

Ao longo das últimas décadas, o termo agricultor evoluiu para empreendedor rural, devido ao fato deste ter que administrar diversas áreas em sua atividade, se adequando, buscando inovação e novas técnicas frente à globalização e ao mercado capitalista. Marion (2010) afirma que, empreendedores rurais são indivíduos que exploram a capacidade de produção do solo com a finalidade de obter renda, fomentando suas necessidades. No entanto, com o passar do tempo o desafio da sucessão geracional na agricultura familiar vem se agravando, devido ao desinteresse da maioria dos jovens em tornarem-se empreendedores rurais. Com a renúncia da maioria deles em administrar as atividades realizadas no campo, nos últimos anos o tema relacionado à sucessão geracional no meio rural familiar vem se tornando cada vez mais, objeto de estudo em diversas regiões do Brasil.

A literatura referente à sucessão no campo considera dois aspectos centrais relevantes: 1) A sucessão geracional é um processo com várias fases/etapas; 2) A sucessão é marcada pelo processo de participação e socialização dos filhos, desde crianças nas atividades de produção agrícola da propriedade (SPANVELLO, 2008).

A sucessão é caracterizada também por Brandt, Lago e Drebes (2011), como um processo endógeno na propriedade rural, onde na teoria, pelo menos um dos filhos sucederá o pai na administração das atividades na propriedade. Melo et al. (2003), retratam o processo sucessório na agricultura familiar como sendo articulado em torno da figura paterna, sendo ele o responsável em definir quando passara o controle da propriedade para a geração seguinte.

Stropasolas (2006) define como processo sucessório na agricultura familiar, a transferência de poder e a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural. Spanevello (2008) ainda destaca como padrão sucessório predominante na região sul do Brasil, a denominada “sucessão tardia”, que nesse caso, a transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais (morte dos progenitores), ou ainda, quando estes estão incapazes física e mentalmente de gerirem a propriedade.

Assim sendo, conforme pesquisas realizadas nas últimas décadas pelo IBGE, o número de empreendedores rurais ao longo dos anos vem diminuindo significativamente, tornando o Brasil um país cada vez mais urbanizado (SANTOS 1993). E, um dos principais motivos para esse acontecimento é a não ocorrência da transferência do controle ou gerenciamento do patrimônio familiar à próxima geração, ou seja, a sucessão geracional.

A falta de interesse por parte dos jovens, em suceder seus pais na permanência no campo é motivado por diversas razões. Para Brandt, Lago e Drebes (2011) as condições de incerteza na atividade rural e projetos profissionais nas cidades são os principais fatores que contribuem para o chamado “abandono rural” por parte dessa faixa etária, transformando o campo em um ambiente menos populoso, comprometendo em todas as etapas a continuidade das atividades agrícolas no meio rural (CARVALHO, 2007).

No Quadro 1, é possível observar a taxa de crescimento da população brasileira no decorrer das últimas décadas.

Período	Rural	Urbano
1950	1,60	3,91
1960	1,55	5,15
1970	0,57	5,22
1980	-0,62	4,44
1990	-0,67	2,97
2000	-1,31	2,47

Quadro 1 - Taxa de crescimento populacional a partir da década de 50.

Fonte: IBGE, 2010.

O Brasil que até meados dos anos 40 era de predomínio rural, no início do século XXI apresentou quase 85% de sua população residente nos centros urbanos (IBGE, 2010). Muito desse cenário, em virtude do baixo índice sucessório geracional rural.

Poucos países tiveram movimentos tão intensos como o êxodo rural brasileiro, e como consequência, nas últimas décadas, o Brasil rural foi transformando-se em urbanizado. Spanevello (2008) afirma que, apesar dos problemas relativos à sucessão e reprodução social da agricultura brasileira ainda não tenham atingido o mesmo patamar que o Europeu, o interesse pelo tema é recorrente em busca de soluções para analisar e tentar resolver essa situação.

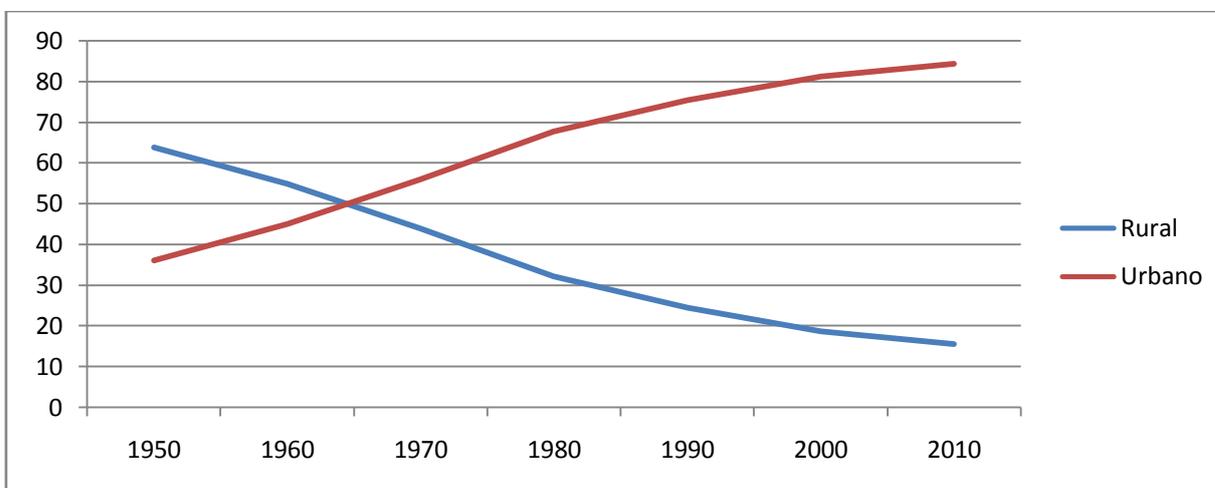


Figura 1 – Evolução populacional brasileira, sendo o eixo vertical a população em milhões de habitantes e o eixo horizontal a variação do tempo, desde 1950 até 2010.

Fonte IBGE, 2010.

O estado do Rio Grande do Sul se caracteriza por seguir o mesmo cenário brasileiro em relação à migração rural, ou seja, nas últimas décadas vem perdendo sua população rural para os centros urbanos. Dessa forma Zucatto, Ferasso e Evangelista (2010) enfatizam que, diversos são os fatores que vem contribuindo para a ocorrência desse fenômeno com os jovens e as demais faixas etárias, entre eles, a maior oportunidade de emprego e geração de renda nos setores de serviço, indústria, comércio, tornando o meio rural um ambiente masculino, envelhecido e menos populoso. No entanto, Wesz Jr. et al. (2006) destacam que, muitas vezes, os migrantes não vem encontrando um ambiente propício para a construção compensatória da sua cidadania.

2.3.3 O rural masculino e envelhecido

Desde meados dos anos 60, a população rural vem declinando significativamente, e esta categoria da população tornou-se mais velha. Para Abramovay (1998), um dos fatores relevante que desencadearam a ocorrência desse fenômeno é a queda da taxa de fecundidade rural (Quadro 2).

Período	Urbana	Rural
1970	4,6	7,7
1980	3,6	6,4
1990	2,5	4,4
2000	2,2	3,5

Quadro 2 – Taxa de fecundidade brasileira, urbana e rural.

Fonte IBGE, 2010.

O envelhecimento da população é uma constante tanto nos países desenvolvidos como nos em processo de desenvolvimento, devido principalmente aos avanços nas áreas da saúde e saneamento básico, prolongando e melhorando a qualidade de vida em diversos aspectos. Porém, o envelhecimento rural relaciona-se paralelamente com o êxodo dos jovens rurais para as cidades (MORAIS, RODRIGUES, GERHARDT, 2008).

De acordo com Godoy et al. (2010), o deslocamento dos jovens rurais pode ser analisado principalmente por dois ângulos. O primeiro refere-se às dificuldades encontradas por estes jovens em relação ao acesso a escola, cursos técnicos e universidades, condições de trabalho e uma renda irregular ou insatisfatória, e o segundo retrata a mistificação do estilo de vida urbana no imaginário dos jovens, esperançosos na busca por uma melhor condição social e econômica.

Na década de 80 principalmente, o êxodo rural era mais homogêneo, ou seja, toda a família deixava o meio rural em busca de melhores condições de vida nas cidades. No entanto, nos dias de hoje a realidade é outra, com o passar do tempo o cenário rural vem se tornando cada vez mais masculino. “As mulheres migram mais que os homens”, esta é uma das mais famosas “leis das migrações rurais” conforme afirma Ravenstein (1980).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2011), a pesquisa pode ser considerada a ciência em seu questionamento e na construção real do ambiente, sendo que muitas vezes, alimenta a atividade de ensino e a atualiza conforme as mudanças no cotidiano.

De acordo com seus objetivos, este estudo é do tipo Descritivo-Exploratório. Define-se como descritivo devido a seu objetivo primordial, que é afirmado por Gil (2009), como a descrição das características de determinada população ou fenômeno do ambiente em questão. Dessa forma, as observações percebidas na região estudada são descritas levando em consideração suas diversas características.

É também exploratório pelo fato de tornar o assunto mais familiar, principalmente para o pesquisador, visto que este tema ainda é pouco conhecido, e porque foram feitas interações com as pessoas envolvidas, buscando conhecer mais especificamente o problema em questão. (GIL, 2009).

Para responder aos questionamentos propostos seguiram-se as seguintes estratégias de ação:

Etapa 1: identificação dos jovens aptos a participarem da pesquisa. Os jovens pesquisados são aqueles filhos de agricultores familiares, com idade entre 15 e 29 anos, que migraram para as cidades, e que hoje exercem atividades remuneradas no meio urbano.

A identificação e localização ocorreram pessoalmente e através das redes sociais com o apoio de jovens estudantes da Universidade Federal de Santa Maria – *Campus* de Palmeira das Missões, procedentes dos municípios do Noroeste Colonial/RS. Este Território abrange uma área de 13.334,30 km² e seu IDH médio é 0,790, e é composto por 34 municípios - Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).



Figura 2: Mapa do Rio Grande do Sul, destacando o Território da Cidadania do Noroeste Colonial

Fonte: Programa Gaúcho de Microcrédito, 2013.

Etapa 2: elaboração do questionário submetido aos jovens analisados e contato com os mesmos, para explicar a pesquisa e verificar interesse em participar;

Etapa 3: aplicação do questionário pessoalmente, via e-mail e redes sociais;

Etapa 4: tabulação e análise dos dados;

Etapa 5: elaboração do relatório final.

Considerando que se trata de uma amostra intencional e por conveniência, os dados foram submetidos à análise de conteúdo. O estudo é de abordagem quanti-qualitativo.

Conforme Neves (1996), o estudo qualitativo costuma ser direcionado, ao longo de seu desenvolvimento, não busca enumerar ou medir eventos e geralmente não emprega instrumentos estatísticos para a análise dos dados. Já Richardson (1989) ressalta que, o método quantitativo é normalmente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

Os resultados revelam as características dos jovens migrantes analisados, as características e o futuro dos estabelecimentos familiares de origem dos jovens e por fim as condição socioeconômica dos jovens migrantes.

4.1 Caracterização dos jovens migrantes

Foram identificados e analisados 40 indivíduos, naturais de 25 municípios diferentes, conforme o Gráfico 1.

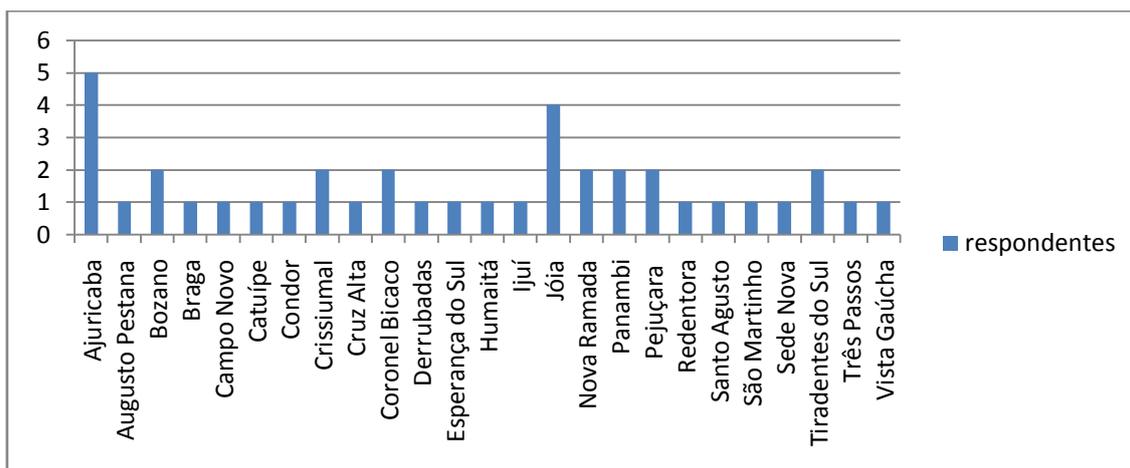


Gráfico 1 – Municípios de origem dos respondentes.

Em relação ao sexo, 68% dos respondentes são do sexo masculino. A média de idade é de 23,1 anos, sendo, 18 anos os respondentes mais jovens, e 29 anos os mais velhos. Desta forma, toda a população pesquisada se enquadra na categoria denominada “jovem”, que são todos os indivíduos que se encontram na faixa etária entre 15 á 29 anos (CONJUVE, 2013).

No levantamento sobre os jovens que tem filhos, 10% assinalaram a opção sim, e todos estes, com apenas um filho. Destes, dois estão casados, um vive em união estável e um está separado, e a faixa etária destes jovens pais está acima dos 25 anos de idade.

Em relação ao grau de escolaridade, 50% dos migrantes possuem Ensino Superior Incompleto, revelando um possível viés da presente pesquisa, uma vez que os contatos foram estabelecidos, predominantemente, através de jovens universitários. Os jovens migrantes revelaram interesse em continuar estudando, na busca por melhores condições sociais e econômicas no ambiente urbano, desta forma, a metade dos respondentes está cursando o Ensino Superior. Os cursos de graduação escolhidos pelos migrantes são os mais diversos, e não houve predominância sobre alguma área específica. Os cursos citados são: Administração, Agronegócios, Direito, Design, Letras, Zootecnia, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal e Engenharia da Produção.

Jovens migrantes com Ensino Médio e Ensino Superior Completo representam 38%, sendo o segundo maior grupo nesta categoria. Com menos representatividade encontram-se os indivíduos que não completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Além disso, 5% dos migrantes concluíram, ou estão cursando algum programa de Pós-Graduação. Os que marcaram esta opção estudam questões relacionadas ao Turismo, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.

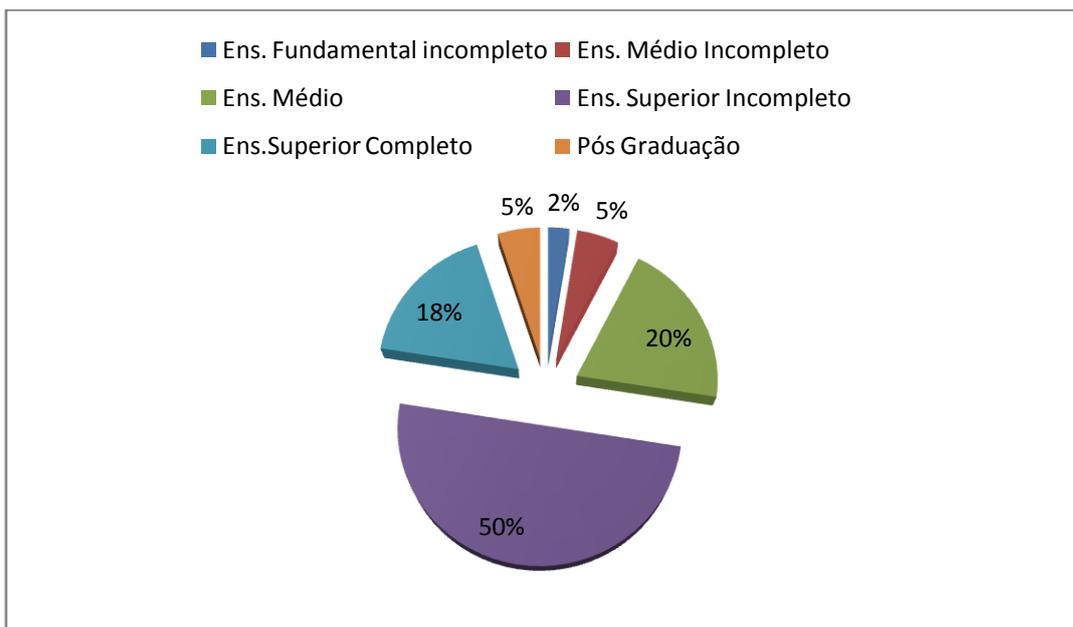


Gráfico 2 - Grau de escolaridade da população estudada.

Embora os jovens pesquisados já tenham deixado o campo, quando questionados sobre o que falta no meio rural para atrair-los a permanecerem, minimizando dessa forma o êxodo rural, as opções mais relevantes apontadas respectivamente foram: (21%) mais renda, ou seja, mais remuneração pela realização das atividades rurais exercidas; (19%) apontaram a necessidade de mais políticas públicas, com a finalidade de apoiar economicamente as atividades realizadas; (13%) mais escolas técnicas e universidades; (12%) mais reconhecimento do trabalho dos jovens (principalmente pelos pais); (10%) mais espaços de lazer e (9%) mais tecnologias para os meios de produção.

Segundo os dados analisados, um em cada quatro jovens, deixou o meio rural por não ter uma renda mensal satisfatória, que atendesse suas necessidades econômicas e sociais. Dessa forma, o não recebimento de uma renda pessoal regular e satisfatória pela realização de seu trabalho, juntamente com a instabilidade climática, que é um fator que afeta diretamente a

produção no meio rural, são aspectos relevantes, que resultam no aumento do índice migratório desta parcela da população.

Em menor proporção, a falta de escolas técnicas, universidades, conflitos familiares e a falta de incentivos a permanecer dando seqüência às atividades realizadas, também foram assinaladas como fatores responsáveis pelo esvaziamento do meio rural.

Ainda, a minoria da população estudada deixou o campo, pela falta de espaços de lazer ou pela fadiga do trabalho agrícola, ressaltando assim, que nesses segmentos, a zona rural não deixa a desejar em relação à zona urbana.

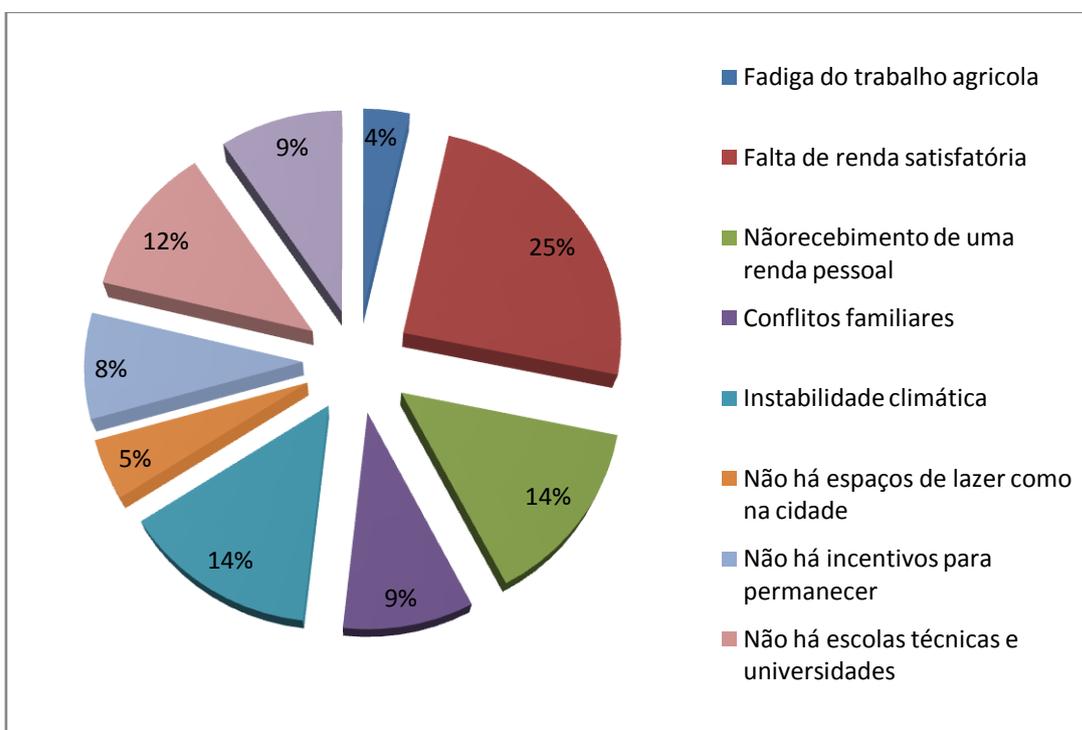


Gráfico 3 – Principais motivos dos jovens para abandonar a zona rural.

No que se refere às condições em que se encontra a família do jovem migrante no meio rural, 60% dos respondentes classificam como “boa” a vida no campo, ressaltando que há muito trabalho, mas em contraponto, o custo de vida é mais barato e o ambiente é mais tranqüilo em relação aos centros urbanos.

Por outro lado, 30% dos jovens consideram “razoável” as condições em que se encontra sua família, justificando que a dependência climática e a exploração econômica na hora da compra dos insumos e venda dos produtos agrícolas são fatores que comprometem o desenvolvimento rural, prejudicando assim seus retornos financeiros. Já os jovens que marcaram a opção “ótima” (10%), destacaram que seu estabelecimento familiar possui as

mesmas condições de comodidade e tecnologia que a maioria das famílias urbanas, no entanto o meio rural é um ambiente de mais tranquilidade e sossego. Não houve respondentes que assinalaram a categoria “péssima”.

A pesquisa constatou que, 30% dos jovens migrantes, quando viviam no campo, exerciam apenas atividades agrícolas, na forma de ajudante dos pais; outros 30%, atividades agrícolas e domésticas, também na condição de ajudante dos pais; 20% tinham autonomia em algumas atividades agrícolas; 12,5% exerciam apenas atividades domésticas, na forma de ajudantes; 2,5% realizavam atividades domésticas com autonomia; 2,5% tinham autonomia em todas as atividades agrícolas e 2,5% dos respondentes marcaram outras opções. Desta forma é possível perceber que na maioria das atividades, os jovens não possuíam autonomia plena na realização dos processos de produção. Apenas 5% da população da amostra, afirmara realizar todas as atividades (agrícolas e domésticas) de forma independente.

Em relação ao tipo de remuneração, quase 70% dos jovens recebiam alguma remuneração às vezes, ou seja, de forma irregular e de acordo com as suas necessidades; 13% não recebiam, mas possuíam conta conjunta com os pais; 8% não recebiam nada pela realização de suas atividades e apenas 7% dos jovens recebiam conforme a realização dos trabalhos.

Confrontados com a possibilidade de algum dia voltar a viver e trabalhar no meio rural, 40% dos respondentes assinalaram a opção “sim”, tendo como principais incentivos, a satisfação pessoal, mais tranquilidade e o menor custo de vida. No entanto, os jovens que pensam em voltar, desejam além de realizar as atividades rurais, administrar com maior autonomia as atividades e as etapas de produção do estabelecimento.

Os jovens que ainda não decidiram sobre seu possível futuro, e “não sabem” sobre essa questão, totalizaram 43%, justificando que depende do sucesso profissional a possível volta, ou não, ao campo. Já 17% da população estudada, marcaram a opção “não”, por já estarem estabelecidos nas cidades com uma remuneração superior em relação à do estabelecimento familiar.

4.2 O futuro do estabelecimento familiar

A grande maioria dos jovens não sabe ao certo qual será o futuro da propriedade, devido ao fato que ainda não houve a elaboração de planejamentos sobre este encaminhamento com todos os membros da família, ou seja, a sucessão geracional ainda não foi planejada. Em 67% dos casos, a elaboração dos processos de sucessão geracional é tardia,

dessa forma, a transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais, ou quando estes estão incapazes física e mentalmente de gerirem as atividades da propriedade.

Em 15% dos casos, definiu-se ou está sendo definido que ao menos um dos irmãos ficará na propriedade, dando continuidade na produção agrícola, sendo que este deverá compensar os demais de alguma forma, já que usufruirá em maior grau das benfeitorias da propriedade. E em 10% e 8% dos casos, devido ao desinteresse em seguir nas atividades agrícolas a propriedade será vendida e arrendada respectivamente.

Quando o possível sucessor herdar a propriedade, 53% dos jovens estudados ainda não decidiram o que fazer, ou como repartir os bens herdados, de maneira que ninguém se sinta prejudicado; 32% dos jovens preferem que a propriedade seja dividida entre todos, sendo que o herdeiro utilizara as benfeitorias do estabelecimento para dar continuidade às atividades agrícolas e compensará os demais financeiramente; e em 10% dos casos o herdeiro, será detentor de toda a propriedade e seus bens, no entanto deverá cuidar dos pais.

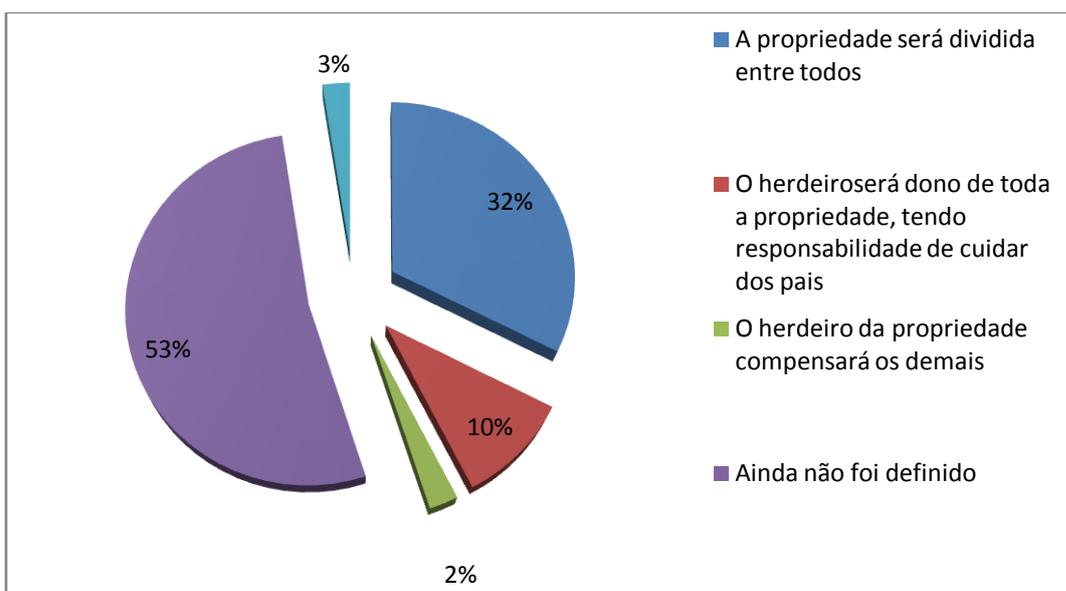


Gráfico 4 - Formas de divisão do estabelecimento familiar.

4.3 Caracterização do estabelecimento de origem

Observou-se que a maioria dos estabelecimentos analisados possui entre 5 á 20 hectares. Identificou-se também, que os estabelecimentos da grande maioria dos jovens, são próprios, sendo que 77% destes, são de até 20 há; mais da metade dos entrevistados não arrendam terras de terceiros, e aproximadamente 30% arrendam até 20 há. Assim, pode-se

concluir que em sua maioria, os estabelecimentos são considerados pequenos, onde são realizadas atividades de subsistência e comercialização.

Os produtos mais produzidos são: a soja, que está presente em 90% dos estabelecimentos; o milho, em 59% dos casos, e é utilizado tanto para a comercialização de grãos, quanto para a produção de silagem; e a aveia branca/preta que é produzida em 34% dos estabelecimentos familiares. Outra atividade relevante é a leiteira, que está presente em 69% dos casos, com uma produção diária variando de 25 a 1400 litros.

A contratação de empregados, para realização das atividades produtivas não é uma característica comum nas propriedades familiares, onde a forças de trabalho provem dos integrantes da família. Conforme o levantamento da pesquisa, 80% dos jovens responderam que não há contratação de terceiros na realização dos trabalhos rurais, e nos casos em que ocorre essa contratação, é de apenas um empregado.

A utilização de assistência técnica ocorre em 80% das propriedades. A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as Cooperativas Agropecuárias, correspondem a 62,5% da assistência técnica usadas na atividade familiar dos jovens migrantes, o restante está sob responsabilidade de empresas particulares.

O telefone celular está presente em todas as residências, a TV convencional em 90% dos estabelecimentos, em 25 propriedades há internet e em 6 TV a cabo. Nota-se dessa forma, que o ambiente rural não deixa a desejar no quesito de telecomunicações comparado ao ambiente urbano.

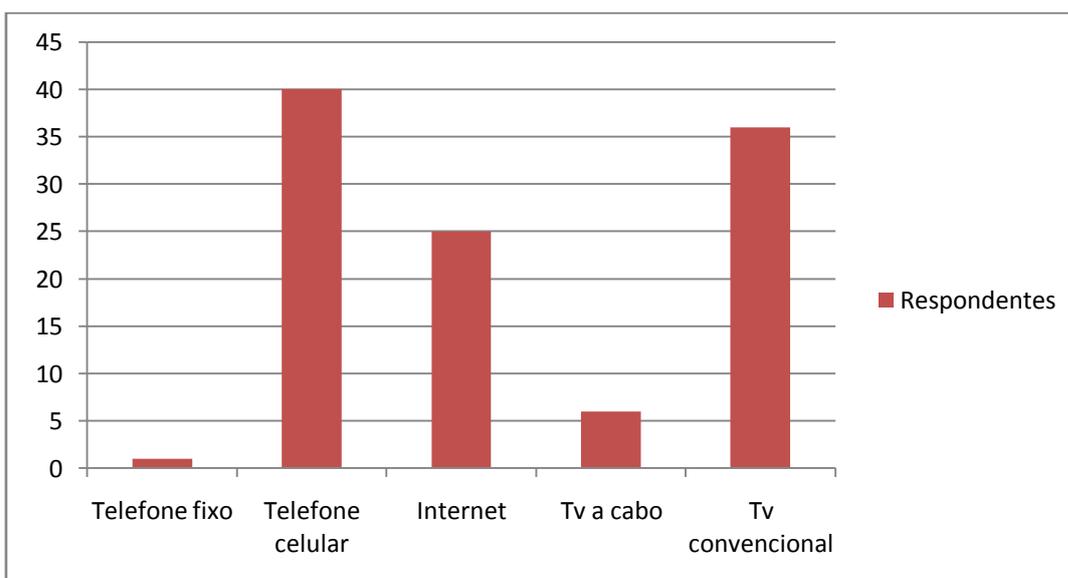


Gráfico 5 – Meios de acesso a comunicação das famílias dos jovens migrantes.

4.4 Condições socioeconômicas do jovem migrante

Um dos questionamentos centrais desta pesquisa diz respeito à condição socioeconômica atual dos jovens migrantes. Encontrar um local economicamente acessível para moradia, e os demais custos desse novo lar, bem como conciliar os estudos com o trabalho foram fatores assinalados por 45% da população estudada, sendo estes, considerados como as principais dificuldades. Já, a procura por emprego e a baixa remuneração salarial, também foram ressaltadas, mas com menor ênfase, representando 33% dos jovens. O nível de escolaridade e qualificação em relação a remuneração foi relevante apenas nos casos de jovens que estão cursando ou não concluíram o Ensino Médio.

Da população compreendida, 42,5% dos jovens apenas trabalham, e os demais estudam e trabalham. As ocupações mais recorrentes são: vendedor (37,5%), nos segmentos de confecções, máquinas e implementos agrícolas e produtos agropecuários. Os jovens que trabalham como auxiliares administrativos representam 10% da amostra. 7,5% da população analisada afirmam trabalhar em supermercados, nos setores de estoques, caixa e reposição de mercadorias. Professores, metalúrgicos e estoquistas, representaram 5% em cada uma destas categorias, e as demais profissões totalizaram 30%.

A respeito da remuneração, 32% dos jovens recebem até um salário mínimo, e destes, 85% estão cursando o Ensino Superior. Esta categoria da população recebe alguma ajuda financeira mensal dos pais, que os auxilia nas despesas, custos e gastos domésticos, de aluguel, estudos e locomoção.

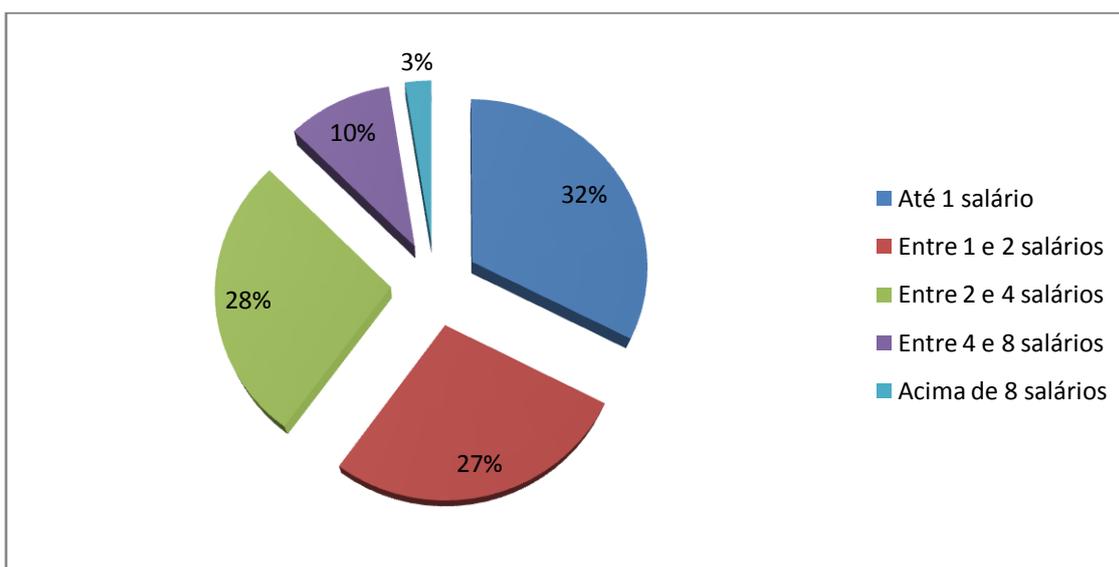


Gráfico 6 – Remuneração mensal dos jovens migrantes.

Em relação à situação econômica e social em que os jovens migrantes se encontram atualmente, 47% deles estão em melhores condições econômicas e sociais, do que quando residia no meio rural. Apesar de todas as dificuldades citadas, a grande maioria salientou ter mais independência econômica, e que, nos centros urbanos o acesso as universidades e escolas técnicas é facilitado.

Por outro lado, 33% deles afirmam estarem na mesma condição; e os demais, se encontram em melhores, mas gostariam de voltar a viver no meio rural. Nenhum dos pesquisados julga-se pior hoje, na situação que estão nos centros urbanos.

Ainda, mais de 50% dos indivíduos migrantes voltam ao meio rural visitar sua família, pelo menos uma vez por semana, mostrando assim, que os laços com esse ambiente ainda predominam. Outro fator relevante abordado foi a condição de moradia dos migrantes, sendo que, 77% dos respondentes moram em casas alugadas, 20% em casa cedida, junto com tios e avós e apenas 3% em casa própria.

Ainda, foi analisada a preferência ambiental dos jovens migrantes, os resultados mostraram que, 65% preferem viver no (mas não do) meio rural, devido às condições de tranquilidade, sossego e menor custo de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises dos dados coletados e das informações analisadas, os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. A motivação para a realização do estudo foi compreender as características dos processos sucessórios na atualidade, visto que nem sempre os filhos estão dispostos a seguir na mesma atividade de seus pais.

No decorrer do estudo, analisaram-se as condições econômicas da família dos jovens migrantes, a administração do estabelecimento, e os fatores ambientais determinantes para que ocorra ou não o processo sucessório. Constata-se que nas últimas décadas a população rural vem diminuindo, sendo a não ocorrência da sucessão geracional familiar, um fator importante para este contexto. Mesmo assim, apesar das dificuldades apresentadas no meio rural, 60% dos jovens consideram como boa, a condição socioeconômica em que a família se encontra e 10% consideram ótima, considerando que os custos de vida são menores e há mais sossego em relação ao meio urbano.

Os jovens migrantes citaram diversos fatores ambientais, sociais e governamentais, motivadores para seu deslocamento para as cidades, entre os mais relevantes, se destacam: renda baixa e irregular, a falta de políticas públicas, instabilidade climática, pouco

reconhecimento, poucos espaços de lazer, exploração nos preços e custos relacionados às atividades produtivas agrícolas.

Verificou-se ainda, que a maioria dos jovens prefere viver no campo, devido ao menor custo de vida, e por ser um ambiente mais tranquilo e seguro. Já os que preferem as cidades, justificam que conflitos familiares, as formas de remuneração, e o pouco investimento em tecnologia são relevantes para a migração.

Em relação às condições de vida que se encontram nas cidades, 47% dos jovens afirmaram estarem em melhores condições econômicas e sociais. 22% também se encontram em melhores condições, mas gostariam de voltar um dia para a zona rural, e 33% encontram-se nas mesmas condições.

Por fim, conclui-se que devido a inúmeros fatores socioeconômicos citados na pesquisa, o ambiente rural ainda deixa a desejar, quando comparado com o meio urbano. O descaso dos órgãos governamentais, as situações climáticas e o modo como o estabelecimento é administrado influenciam diretamente na decisão do jovem em permanecer, ou não, no meio rural. Apesar de muitos jovens migrantes preferirem morar no meio rural, é praticamente unânime o desejo de uma melhor condição social e econômica, associada a melhores oportunidades de emprego, remuneração e incentivo aos estudos. E esses fatores na grande maioria dos casos, encontram-se nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n.1, p.132-152, jan/abr. 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2013.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRANDT, M. J.; LAGO, A.; DREBES, L. M. Características e os fatores motivacionais que levam os jovens rurais a não almejarem ocupações agrícolas. In XLIX SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In XLV SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Londrina, 2007.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude. Disponível em:
<<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2013/03/18-03-2013-a-questao-da-idade-no-estatuto-da-juventude>>. Acesso em: 20 de abr. 2013.

EVANGELISTA, M. L.; RAMBO, J. A. Cenários e perspectivas para arranjos produtivos locais do agronegócio da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In V. R. Dallabrida e P. L. Büttgenbender (org.) **Gestão, Inovação e Desenvolvimento: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste**. Santa Cruz, 2007.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2009.

GODOY, C. M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In XLIX SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Campo grande, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006. Internet. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1466>> Acesso em 13 de jun.2013.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Populacional**. 2010. Internet. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 16 mai. 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Vamos conhecer o Brasil**. 2013. Internet. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>> Acesso em: 17 de jun. 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.) et.al. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric.** São Paulo, 2003.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Pratiense Hall, 2007.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORAIS, E. P.; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T. E. **Os idosos mais velhos no meio**

rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em Administração.** São Paulo, V.1, N° 3, 2° SEM./ 1996.

OLIVEIRA, E. G. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2006.

PORTAL DA CIDADANIA. 2013. Internet. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/noroestecolonialrs/one-community?page_num=0 Acesso em: 07 de dez. 2013.

PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO. 2013. Internet. Disponível em: <http://www.microcreditors.com.br/index.php> Acesso em: 07 de dez. 2013.

RAVENSTEIN, E. C. As leis da migração, in MOURA, H. A. de (Coord) **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, BNBIETENE, 1980.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, R. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Jornal da PUC.** n1/03, Campinas, 14 mar.2006. Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/entrevista/2005/03/14/ministro_rodrigues_integra.asp. Acessado em: Jul.2013.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 346 p., 2006.

STROPASOLAS, V. L. **Os desafios da sucessão geracional agricultura familiar,** 2011.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

WESZ JUNIOR, V. J. et al. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. In XLI VSOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Fortaleza, 2006.

VEIGA, J. E. da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia. v. 13, n.03 Brasília, 1996.

WIDONSCK, C. A. et al. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ZUCATTO, L.C.; FERASSO, M.; EVANGELISTA, M. L. S. **A importância das exportações para o desenvolvimento local da fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e do Extremo-Oeste de Santa Catarina**. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, 2010.